

OBSERVAÇÕES SOBRE BIOPOLÍTICA EM ARENDT, AGAMBEN E FOUCAULT

RESUMO

No presente artigo objetivamos analisar o conceito de biopolítica a partir das obras de Hannah Arendt, Giorgio Agamben e Michel Foucault. Para tanto, adotamos como metodologia a revisão bibliográfica de obras e autores relacionados a essa temática. Com isso, realizamos um exercício hermenêutico de análise e comparação do pensamento desses teóricos, tendo por base textos como: *Origens do Totalitarismo*, *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, *História da sexualidade I*, além de outros textos que refletem essa problemática, visando, assim, encontrar no conceito moderno de biopolítica o ponto de proximidade entre suas teorias. Desse modo, sustentamos a tese que os teóricos em questão desenvolveram uma análise crítica do modo como a vida tornou-se uma questão política na modernidade, tal fenômeno contribuiu de maneira significativa para a diluição do espaço público e de participação política em nosso tempo, bem como para o afastamento dos indivíduos do mundo comum, entendido como espaço propriamente político.

Palavras-chave: Biopolítica. Modernidade. Espaço público.

OBSERVATIONS ON BIOPOLITICS IN ARENDT, AGAMBEN AND FOUCAULT

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the concept of biopolitics based on the works of Hannah Arendt, Giorgio Agamben and Michel Foucault. To this end, we used a bibliographical review of works and authors related to this topic. With this in mind, we carried out a hermeneutic exercise of analysis and comparison of the thinking of these theorists, based on texts such as: *Origins of Totalitarianism*, *Homo sacer: sovereign power and naked life*, *History of sexuality I*, as well as other texts that reflect this problematic, thus looking forward to find the point of proximity between their theories in the modern concept of biopolitics. Therefore, we can conclude that the thesis of the theorists in question has developed a critical analysis of the way in which life has become a political issue in modernity. This phenomenon has contributed significantly to the dilution of public space and political participation in our time, as well as to the distancing of individuals from the common world, understood as a properly political space.

Keywords: Biopolitics. Modernity. Public space.

Dr. Antonio Batista Fernandes



Centro Universitário Católica de
Quixadá, UniCatólica, Brasil
Universidade Estadual do Ceará,
UECE, Brasil

[antoniofernandes@unicatolicaquixa
da.edu.br](mailto:antoniofernandes@unicatolicaquixa
da.edu.br)



1 INTRODUÇÃO

O surgimento do conceito de biopolítica e as novas facetas que tem tomado o cenário política na atualidade, exigem de nós uma maior reflexão sobre o modo como a vida biológica se tornou o principal objeto da política. Nesse artigo, tendo como referência o pensamento de Arendt, Agamben e Foucault, objetivamos sustentar a hipótese que a vida tem se tornado o objetivo principal da política em nossos dias. Para tanto, adotaremos como metodologia a revisão bibliográfica e crítica de algumas das principais obras desses teóricos, fazendo o exercício hermenêutico de análise e interpretação dos principais conceito e categorias referentes à temática da biopolítica e do biopoder.

Arendt, Foucault e Agamben são autores que têm em suas teorias políticas o compromisso de fazer um diagnóstico crítico da realidade. Em algumas de suas principais obras encontramos teorias que dialogam ao analisar as principais crises enfrentadas em nosso tempo e, mais ainda, ao abordar o modo como a vida, em sua dimensão puramente biológica, tornou-se uma questão política central. Assim, nosso objetivo nesse artigo é encontrar teias de proximidade entre as teorias política desses autores, sobretudo no que se refere a implementação do conceito biopolítica para compreensão do fenômeno político na atualidade, fato constatável pela análise do filósofo italiano Giorgio Agamben, ao identificar as análises feitas por Hannah Arendt dos campos de concentração com a novidade do conceito de biopolítica introduzido por Michel Foucault. Feito isso, construiremos um itinerário que nos permitirá compreender a ascensão da biopolítica na modernidade e o conseqüente enfraquecimento dos espaços de liberdade e ação política.

Nessa direção, Agamben nos ajudará a identificar o diálogo entre as teorias de Arendt e Foucault, que enfrentaremos a partir da análise de algumas de suas principais obras. Ao final desta abordagem, tentaremos sustentar a tese de que no fenômeno totalitário investigado por Hannah Arendt e, responsável pelo surgimento dos campos de concentração e extermínio, encontra-se uma nova face de atuação do fenômeno biopolítico na sociedade contemporânea, não com a mesma radicalidade totalitária, mas a partir de experiências deslocantes com potencial devastador, surgidas nos mais diferentes espaços sociais. Todavia, embora os fenômenos investigados sejam diferentes entre os autores aqui estudados, a preocupação principal é a mesma: compreender o modo como a vida tem se tornado objeto de dominação e normatização da política na atualidade, favorecendo, assim, a ascensão de sua dimensão puramente animal/natural do homem.

2 A BIOPOLÍTICA EM ARENDT, AGAMBEN E FOUCAULT

Os conceitos de biopoder e de biopolítica foram introduzidos pelo filósofo francês Michel Foucault para mostrar a nova forma que o poder assume a partir do século XIX. De acordo com o autor, na soberania clássica o soberano tinha o direito de vida e o direito de morte, isto é, poderia deixar viver ou fazer morrer, seu poder sobre a vida era exercido a partir de seu potencial de morte. No entanto, o século XIX foi marcado por uma grande transformação na política, que se realizou de maneira diferente através de uma substituição radical do velho direito clássico, ou seja, através de uma complementação que modifica esse direito, passando então de um direito de fazer morrer para um direito de deixar viver, nas palavras de Foucault, “poder de fazer viver e de deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 287). Essa nova forma de poder surge aproximadamente pelo final do século XVIII e início do século XIX e é denominada por Foucault de biopoder, possibilitando uma nova roupagem do poder, tornando-o um “poder sobre a vida” (Foucault, 1994, p. 140).

Na modernidade, a espécie humana é o que está em jogo nas estratégias políticas e o Estado assume a função de proteger e deliberar sobre as condições de vida da população, nesse sentido afirma Foucault (1994, p. 145), “[...] o homem durante milênios, permaneceu o que era

para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal na política do qual a sua vida de ser vivo está em causa”. O poder volta-se agora diretamente para a espécie humana enquanto seres vivos, com seus “processos biológicos: a proliferação, o nascimento e a mortalidade, o nível da saúde, a duração de vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-las variar” (Foucault, 1994, p. 141). Sua preocupação não é mais centrada no indivíduo, mas nos indivíduos, possibilitando assim o surgimento da noção de população. Foucault vai chamar essa categoria tecnológica de poder de regulamentação,

[...] portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia de biopoder, com essa tecnologia de poder sobre a ‘população’ enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. Eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (Foucault, 1994, p. 294).

Essa nova forma do poder passa então a ter o direito de intervir e organizar a vida, isto é, passa a exercer um poder sobre a vida. Nessa mesma direção Foucault apresenta que em nossas sociedades desde o fim do século XVIII existem duas tecnologias de poder que são introduzidas: uma disciplinar, centrada no corpo e outra de regulamentação, centrada na vida da população. Ambas não estão no mesmo nível e juntas constituem uma sociedade de normalização, pois segundo Foucault, “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 1999, p. 302), nesse sentido, na sociedade de regulamentação norma e disciplina se entrelaçam.

Destarte, o século XIX passa a ser marcado por um biopoder enquanto tecnologia de poder que visa dominar tantos os corpos como a vida das pessoas. A vida torna-se um objeto político; o direito à vida torna-se a questão fundamental da política e não os direitos políticos dos cidadãos, configurados por Arendt como o direito a ter direitos. É a partir desse cenário de biopolitização da vida que podemos falar de um racismo, não de um racismo no sentido étnico, mas de um racismo que passa a ser utilizado nos mecanismos do Estado, tornando-se também um mecanismo de poder. Desse modo, “a raça, o racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (Foucault, 1999, p. 306), sendo o racismo a condição para se exercer o antigo direito soberano de matar e, nesse sentido, Foucault não se refere somente a matar a vida no sentido biológico, mas também a vida política, a exclusão do sujeito político.

O exemplo mais próximo que podemos ter de um Estado racista é sem dúvida o Estado nazista. Desse modo, o nazismo torna-se para nós o exemplo da conjugação de poder disciplinar e de biopoder, que se utiliza de um racismo no sentido evolucionista para exercer o seu poder assassino e ao mesmo tempo suicida. Ora, “apenas o nazismo, é claro, levou até o paroxismo o jogo entre o direito do soberano de matar e os mecanismos do biopoder” (Foucault, 1999, p. 312). Nessa mesma direção Arendt também percebeu em suas análises a forte presença do racismo no estado totalitário; racismo esse que, segundo a autora, teria sido herdado da política imperialista sendo transformado em ideologia política pelos nazistas, pois “os nazistas sabiam que o melhor meio de propagar a sua ideia estava na política racial” (Arendt, 2007, p. 180). Logo, o grande perigo do uso do racismo em questões políticas é o fato de ser utilizado pelo Estado na determinação de suas políticas governamentais, como tem acontecido no decorrer dos últimos séculos.

Nessa direção, podemos dizer que nossas atuais democracias de massas entenderam muito bem, a partir das experiências totalitárias, a fazer a conjugação entre violência e política, sendo fortemente marcadas pelo “[...] emprego velado ou explícito do racismo e da xenofobia na determinação de políticas ‘duras’ contra categorias sociais e populações consideradas ‘indesejáveis’, tais como emigrantes, imigrantes e refugiados pobres [...]” (Duarte, 2010, p. 306).

Dessa feita, o racismo surge como um traço fundamental do cenário biopolítico contemporâneo e do diagnóstico crítico da realidade proposto por Arendt, Agamben e Foucault.

Depois dessa breve apresentação sobre o conceito biopolítico em Foucault, podemos nos deter agora na análise do pensamento de Giorgio Agamben, que em seu livro *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*, busca estabelecer a ponte entre a biopolítica de Foucault e o modo como os campos de concentração e extermínio, inaugurados pela ascensão do nazismo, reduziram o homem à condição natural da vida nua, com base nos exames feitos por Arendt em sua obra *Origens do Totalitarismo*. Assim, como já havíamos ressaltado anteriormente, a grande preocupação desses pensadores se volta à profunda transformação da política ocorrida na modernidade, isto é, “o paradoxo biopolítico da transformação da vida nua em bem supremo, acompanhado pela crescente desvalorização da vida humana e do próprio espaço político” (Duarte, 2010, p. 308).

As análises de Arendt em *Origens do Totalitarismo*, nos deixa claro que a vida humana passa a ser o objeto principal de interesse da política na modernidade, dando a vida uma importância política antes inexistente. As experiências totalitárias, através de seus campos de concentração e extermínio, visaram reduzir o homem a condição de simples membro da espécie, fabricando assim um novo tipo de homem, que reduzido à condição animal encontra-se privado de toda a espontaneidade e capacidade de pensar e agir. Segundo Agamben, o que Arendt não percebeu em suas análises é que esse processo “é, de alguma maneira, inverso, e que precisamente a radical transformação da política em espaço da vida nua (ou seja, em campo) legitimou e tornou necessário o domínio total” (2007, p. 126); é, então, determinante para o autor o fato de que na modernidade a política se transformou em biopolítica, fazendo com que a experiência totalitária pudesse se tornar possível. De outro modo, afirma também Agamben que Foucault não conseguiu perceber em seu “processo de subjetivação” o “que poderia apresentar-se como o local por excelência da biopolítica moderna: a política dos grandes Estado totalitários dos Novecentos” (Agamben, 2007, p. 125).

Assim, a grande contribuição de Agamben ao nosso diálogo está relacionada ao fato de que para ele o campo é o paradigma biopolítico moderno, fato esse que Foucault não havia percebido em sua compreensão da biopolítica na modernidade. Portanto, afirma Agamben: “o campo é apenas o local onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra” (2007, p. 175). Desse modo, com a chegada do nazismo ao poder e a conseqüente instalação de um estado de exceção, através da suspensão permanente do Art. 48 da constituição de Weimar¹, que versavam sobre o direito à liberdade, surge então os campos de concentração como elemento principal desse regime. Nesse sentido, o campo tornou-se um espaço de exceção por excelência, onde não existe lugar para direitos e onde se assegura a afirmação de Arendt de que “tudo é possível”. Por outro lado, afirma Agamben (2007, p. 178):

O campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão.

Para Agamben (2007), somente através da realidade dos campos de concentração houve de fato a transformação da política em biopolítica. E que:

A essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na conseqüente criação de espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de

¹ De acordo com Agamben (2007, p. 174), “o art. 48 da constituição de Weimar proclama, de fato: ‘O presidente do Reich pode caso a segurança pública e a ordem sejam gravemente perturbadas ou ameaçadas, tomar as decisões necessárias para o estabelecimento da segurança pública, se necessário com o auxílio de forças armadas. Com este fim pode provisoriamente suspender (*ausser Kraft setzen*) os direitos fundamentais contidos nos artigos 114, 115, 118, 123, 124 e 125”.

indistinção, devemos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica. (Agamben, 2007, p. 181).

Sendo o campo de concentração o espaço por excelência da biopolítica moderna onde a *zoé* é elevada a condição de *bíos*, e onde o ser humano é privado de todo direito, somos provocados a refletir a partir dos textos de Arendt e Agamben, sobre a maneira como a experiência dos campos de concentração, de refugiados e apátridas vão de encontro à validade e as consequências da declaração dos direitos do homem. Essa discussão é feita por Arendt no último capítulo da segunda parte de sua obra *Origens do Totalitarismo*, onde a autora apresenta *O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem*. Agamben busca, na mesma direção do pensamento arendtiano, fazer uma crítica às declarações dos direitos humanos enquanto elevação da vida nua natural e, portanto, da biopolítica na modernidade. Diz Agamben (2007, p. 134):

Aquela vida nua natural que, no antigo regime, era politicamente indiferente e pertencia, como fruto da criação, a Deus, e no mundo clássico era (ao menos em aparência) claramente distinta como *zoé* da vida pública (*bíos*), entra agora em primeiro plano na estrutura do Estado e torna-se aliás o fundamento terreno de sua legitimidade e de sua soberania.

Deste modo, tanto Arendt como Agamben apontam para os problemas do Estado-nação como aquele que serviu de estrutura para o advento do totalitarismo e assinalam também para a não consistência dos direitos humanos, que estão na direção contrária ao que seriam os direitos dos cidadãos. Para Arendt, os direitos dos cidadãos consistem no direito a ter direitos, direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada e a ser julgado pelas suas ações ou opiniões (Arendt, 2007). Quando os homens são privados desse tipo de direitos, como aconteceu nos Estados-nações² e nos regimes totalitários, e colocados fora da lei, cria-se uma condição propícia ao seu retorno a um estado de vida nua natural e de proliferação da biopolítica moderna, na qual desaparece a figura do cidadão que deveria ter seus direitos garantidos e conservados. De modo que, para os regimes totalitários, aqueles que não são cidadãos são apenas ‘seres humanos’, privados de qualquer proteção da lei e favoráveis à naturalização e extermínio, como era o caso dos apátridas.

Os apátridas eram tidos como pessoas sem direitos, sem Estado e que estavam fora do âmbito da lei, portanto, eram como se eles não existissem oficialmente, presas fáceis de serem assassinadas pelo sistema nazista. O apátrida se igualava à figura do *homo sacer* apresentado por Agamben (2007, p. 189), “[...] aquele homem que qualquer um pode matar sem cometer homicídio, a sua inteira existência é reduzida a uma vida nua despojada de todo direito”. O que aconteceu na modernidade foi que “os direitos do homem, que faziam sentido apenas como pressupostos dos direitos do cidadão, separam-se progressivamente destes e são utilizados fora do contexto da cidadania, com o suposto fim de representar e proteger a vida nua” (Agamben, 2007, p. 139). Assim, podemos dizer de acordo com Aguiar (2009, p. 255), que “o homem moderno não é visto como detentor de uma personalidade jurídica, como capaz de agir e falar, mas como um ser ao qual deve ser garantida a vida na sua nudez naturalística”.

Para Agamben (2007, p. 140), “a separação entre humanitário e político, que estamos hoje vivendo, é a fase extrema do deslocamento entre direitos do homem e os direitos do cidadão”. O que temos hoje é sem dúvidas a afirmação do paradigma biopolítico de Foucault,

² Nos Estados-nações somente as pessoas que pertenciam a nação poderiam desfrutar da plena proteção das instituições legais do Estado, de modo que, aqueles que estavam na condição de apátridas, fora das leis do país, eram condenados à prisão sem terem cometido crime algum (Canovan, 1992, p. 33).

através de campos de concentração itinerantes e de um estado de exceção permanente³, onde a vida humana enquanto vida nua passa a ser o principal objeto de proteção, tornando-se alvo principal do processo administrativo e burocrático dos estados modernos; e é nesse sentido que as organizações humanitárias, assim como o poder estatal, estão preocupadas não em garantir de algum modo os direitos dos cidadãos, mas somente na proteção da vida nua humana enquanto espaço de isolamento dos indivíduos.

O novo cenário ao qual estamos imersos na contemporaneidade e que teve início com as experiências totalitárias do final do século XIX, enquanto evento político moderno é, como já vimos, um cenário de proliferação de uma nova forma de poder, denominada por Foucault de biopoder, que eleva a vida nua e coloca a vida biológica e as questões voltadas para o corpo da população no centro do debate político. É a partir desse cenário que podemos falar de um protototalitarismo, que está cada vez mais presente e ativo em nossas sociedades, “tais como o racismo, a xenofobia, a apatia política, o imperialismo econômico, o emprego da mentira e da violência como meio de resolução de conflitos, a multiplicação dos apátridas e refugiados, a crescente superfluidade das massas humanas desprovidas de cidadania” (Duarte, 2010, p. 311). A essa questão podemos dizer que,

O perigo das fabricas de cadáveres e dos poços do esquecimento é que hoje, com o aumento universal das populações e dos desterrados, grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários. Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os instrumentos totalitários inventados para tornar os homens supérfluos. O bom senso utilitário das massas, que, na maioria dos países, estão demasiado desesperados para ter muito medo da morte, compreende muito bem a tentação que isso pode levar. Os nazistas e bolchevistas podem estar certos de que as suas fábricas de extermínio, que demonstraram a solução mais rápida do problema do excesso de população, das massas economicamente supérfluas e socialmente sem raízes, são ao mesmo tempo uma atração e uma advertência. As soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem. (Arendt, 2007, p. 510-511).

Nesse sentido, nossas atuais democracias estão repletas de elementos totalitários, que tornam o homem cada vez mais parte descartável de uma massa supérflua, através da violência biopolítica contemporânea. Nessa mesma linha de pensamento Agamben aponta para a existência em nossas sociedades de “campos deslocantes”, isto é, de experiências totalitárias que se apresentam das mais diversas maneiras e metamorfoses e que se estabelecem em nossas atuais sociedades sobre o novo *nómos* biopolítico do planeta (Agamben, 2007, p. 183). Assim, as periferias das grandes cidades, os presídios, os aeroportos e outros tantos espaços de nossas sociedades podem aparecer como novos campos, não com a mesma rigidez dos campos de concentração e extermínio, mas com características semelhantes e assumindo a forma de espaços de naturalização e de vida nua.

A crise de nosso tempo e a sua principal experiência deram origem a uma forma inteiramente nova de governo que, como potencialidade e como risco sempre presente, tende infelizmente a permanecer conosco de agora em diante, como ficaram, a despeito de derrotas passageiras, outras formas de governo surgidas em diferentes momentos históricos e baseadas em experiências fundamentais – monarquias, repúblicas, tiranias, ditaduras e despotismo. (Arendt, 2007, p. 531).

³ Quando falamos de campos de concentração itinerantes e de estado de exceção permanente, queremos dizer que a exceção permanece presente em nossa sociedade em diferentes formas e situações variadas, como nos ressalta Castor Bartolomé Ruiz, ao se referir aos cárceres, aos campos de retenção para estrangeiros e a expulsão arbitrária de estrangeiros nos aeroportos. Segundo Ruiz (2012, p. 229), “estas realidades mostram que exceção continua a ser aplicada como técnica biopolítica de controle das vidas e populações consideradas perigosas para a ordem social, por qualquer motivo que for”.

O perigo a que estamos expostos é que o modo de governo totalitário possa permanecer conosco de agora em diante em suas mais variadas formas, tornando-se cada vez mais presente. Tal realidade nos leva a crer que estamos sendo imersos no risco protototalitário, baseado num processo de biopolitização da vida humana, típico da modernidade e de seu desenvolvimento tecnocientífico, que promove “a conversão do homem no *animal laborans*, o ser vivo entregue às atividades conexas do trabalhar e consumir, as quais se transformaram no elemento central da relação política” (Duarte, 2010, p. 315). E, é nessa perspectiva, que podemos falar de uma biopolítica em Hannah Arendt, pois é somente através da ascensão do *animal laborans*, que o âmbito das necessidades individuais e da manutenção do biológico tornam o homem contemporâneo um indivíduo preocupado somente com a manutenção do ciclo vital e refém do trabalho e do consumo característicos da modernidade tecnocientífica.

Todavia, para Hannah Arendt, a radicalidade dos regimes totalitários encontra-se também no fato de que eles não destroem somente a esfera da vida pública dos indivíduos, mas também a esfera da vida privada, abandonando o homem a mais completa solidão, passando a ser vistos apenas sobre a condição de seres entregues ao “metabolismo com a natureza” (Arendt, 2007, p. 527). A vitória do *animal laborans*, configurada pela predominância das necessidades e exclusão total da liberdade, compreendida principalmente num âmbito político, significa que as experiências totalitárias continuam presentes em nosso meio e que a violência totalitária pode ser também percebida através da violência cotidiana a que estamos expostos.

Por hora, através dessa análise, podemos supor que no instante em que o reino das necessidades passa a fazer parte dos assuntos políticos, atingimos então um nível favorável biopolitização da vida humana, promovendo a perda dos espaços da liberdade e espontaneidade e o aprisionamento dos homens às atividades do puro *labor*. Os regimes totalitários, que privaram os homens da liberdade e de toda a capacidade de ação, foram os primeiros a inaugurar esse novo modo de Governo, que largando os indivíduos às condições da mais profunda solidão, criou um terreno favorável à elevação do reino das necessidades e a animalização da vida humana. Tal condição, tem se tornado a regra em nossos dias e vem contribuindo de forma muito significativa para a redução da liberdade e o desaparecimento dos espaços políticos em nossas atuais democracias representativas de massas que foram, sobretudo, marcadas pelo forte aparato tecnocientífico e pela influência das revoluções dos últimos séculos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, defendemos o entendimento que a análise da política na modernidade passa necessariamente pela compreensão da biopolítica enquanto fenômeno tipicamente moderno. Assim, procuramos à luz das teorias de Arendt, Agamben e Foucault fazer um breve diagnóstico crítico de nossos tempos, ressaltando a profundidade dos deslocamentos e transformações que sofreu a política na modernidade, para desse modo podermos, nas palavras de Arendt, “pensar o que estamos fazendo” (Duarte, 2010, p. 06).

Por outro lado, jugamos importante pontuar que nossa análise se deteve ao campo hermenêutico, com finalidade apenas de elucidar alguns conceitos e teorias dos autores em questão sobre a temática da biopolítica, possibilitando assim um diálogo entre seus pensamentos e um diagnóstico crítico da realidade. Assim sendo, fizemos a opção teórica de destacar algumas das consequências que a entrada das questões sobre vida na esfera do espaço público pode ocasionar. Tal fato, tornou a vida humana uma questão de interesse político de primeira ordem, tendo como fator imediato a privação dos espaços reservados à liberdade e à espontaneidade, além do aprisionamento dos homens na esfera das necessidades biológicas.

Por fim, acreditamos que tanto Foucault como Arendt, segundo destaca Agamben, foram inevitavelmente os primeiros a abordar essa problemática, o que reforça nossa tese de proximidade teórica entre seus escritos e diagnósticos políticos. Desse modo, concluímos

previamente que, a entrada da vida no campo da política mudou radicalmente o modo como o homem moderno compreende a política e a sua condição de sujeito, num mundo marcado pelo constante avanço de métodos antipolíticos e prototalitários. Tais métodos, contribuem de forma relevante para processos constantes de disciplinamento dos corpos e normatização das populações, o que ocasiona, segundo nossa análise, em um sério problema para a manutenção dos espaços públicos e, mais especificamente, da própria política na atualidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGUIAR, O. A. **Filosofia, Política e Ética em Hannah Arendt**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

ARENDT, H. A condição humana. Tradução: Roberto Raposo. Revisão técnica: Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANOVAN, M. **Hannah Arendt**: a re-interpretation of her political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DUARTE, A. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade – I**: A vontade de saber. Tradução: Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

RUIZ, C. B. A vida humana, um problema filosófico (entrevista). **Inquietude**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 216-233, ago./dez. 2012.